

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Ultima Hora

Class.: 389

Data: 19 de setembro de 1987

Pg.: _____

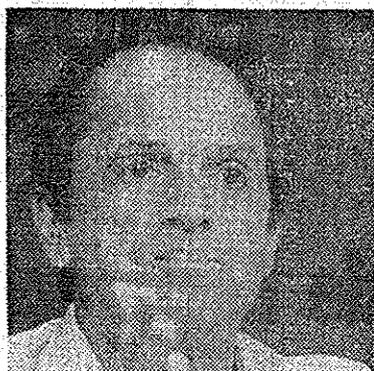
190 Lysâneas afirma que denúncias contra missionários são falsas

O deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) tornou-se um dos parlamentares mais críticos quanto ao aspecto conservador de que se reveste a Constituinte, que, segundo denuncia, é manipulada por poderosos lobbies de grandes empresários, latifundiários e banqueiros, com interesses claros no capital estrangeiro. Nas últimas semanas Lysâneas Maciel tem-se dedicado a combater energicamente os que acusam o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de favorecerem a ingerência estrangeira nos negócios de Estado, no que tange às terras indígenas.

Líder evangélico e conhecedor das atribuições e atividades desenvolvidas por esses órgãos religiosos, Lysâneas reluta essas denúncias que afirma serem falsas e tendenciosas:

— O CMI não se intromete nos assuntos internos de nenhum Estado em função nem mesmo da natureza de sua atuação: trata-se de organismo ecumênico que age através das igrejas filiadas em ações como o desarmamento, descolonização, direitos humanos, Unesco, Unicef e Unicef. “Seu trabalho” — prossegue — “é feito por intermédio de posições reconhecidamente humanitárias que não incluem pressões sobre governos ou a manutenção de lobbies para influir na vida partidária de qualquer país.”

O parlamentar considera, no



Lysâneas Maciel

mínimo, curioso, o fato de vários constituintes que, na Câmara, “sempre se calam quando os representantes do capital estrangeiro — via multinacional — dilapidam, invadem e saqueiam o País” se encham agora de “brio” e “ardor cívico” na defesa dos interesses nacionais. “Até CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) foram requeridas pelos conhecidos latifundiários do Congresso, o que mostra ação inequivocadamente ligada a interesses pecuniários e de exploração de nações indígenas (brasileiros legítimos); uma ação que, sabemos, será genocida.”

Relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, Lysâneas surpreendeu ao recusar a proposta de outorga de cidadania aos índios. Ele explica por que:

“Aparentemente” — diz — “é uma proposta sadia. Mas a retirada da proteção especial aos indígenas poderá significar a extinção de sua etnia. Recusei a proposta, pois ela teria o mesmo sabor de uma antiga lei francesa, conserada um avanço na época e que dizia: “É proibido tanto ao rico quanto ao pobre furtar pão e dormir de baixo da ponte”.

— Este é o tipo de igualdade que se pretende dar aos índios conforme está implícito na CPI requerida pelo “antropólogo” Roberto Cardoso Alves — diz ele, referindo-se ironicamente ao deputado conservador do PMDB.

Indignado com a pressão dos conservadores sobre a Constituinte, Lysâneas denuncia que os mecanismos adotados por esses grupos transcendem a atuação no recinto da Câmara, utilizando-se de “métodos duvidosos”, entre os quais inclui não só o fisiologismo e a troca de favores políticos, mas até mesmo o uso de “golpes de força”, “como os que se deram em relação às comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e Ordem Econômica”, além da “pressão dos militares”, através de “pronunciamentos frequentes sobre matéria de exclusiva competência de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana”, reforçada pela utilização do “entulho autoritário, como a Lei de Segurança Nacional”.